

ANEXO III
COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE LARANJAL
FORMULÁRIO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

1. **Cargo de opção do(a) candidato(a): PROCURADOR MUNICIPAL**
2. Candidato(a): ALDECI SANDRO PIEROG.
3. Modalidade de Recurso:
(Anulação) da(s) Questão(ões): 02;15;17; 32; 33 ;36;

Justificativa Fundamentada do(a) Candidato(a).

Questão 02:

[...] o Brasil *amarga* os últimos lugares no ranking de educação no mundo.

- I. O verbo *amarga* age como transitivo direto.
- II. Respectivamente, o trecho sublinhado é complemento nominal do sujeito Brasil e o trecho em negrito e o trecho em negrito é um adjunto adverbial de lugar.
- III. O trecho sublinhado é o objeto direto do verbo *amargar* e o trecho em negrito é um adjunto adverbial de lugar.

A assertiva é:

- a) Apenas a I está correta
- b) Apenas a I e III estão corretas x
- c) Apenas a II e III estão corretas
- d) Apenas a III está correta.

Candidato: Na questão respectiva as alternativas referem haver um trecho do enunciado em negrito, porém na forma que está impressa a questão respectiva é impossível identificar algum trecho em negrito. A situação impede a correta análise da questão para ser respondida, violando a objetividade que a questão de múltipla escolha deve ter. Isto posto, requer a anulação da questão respectiva.

EMPRESA - Resposta: Correta a observação. Questão 02 da Língua Portuguesa ANULADA e ponto para todos que erraram a questão letra “b”. Será extensiva às demais provas de nível médio e superior que apresentarem o mesmo erro.

O correto seria: [...] o Brasil *amarga* os últimos lugares no **ranking de educação**

no mundo.

Questão 15:

15. As competências privativas do Presidente da República, elencadas nos incisos: XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição, e o Advogado-Geral da União; XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei e XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.

- a) Não admitem delegação, por ato presidencial, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União.
- b) Admitem delegação, por ato presidencial, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União.
- c) Admitem delegação aos Ministros de Estado, por meio de lei de iniciativa presidencial;
- d) São indelegáveis, caracterizando a sua delegação crime de responsabilidade.

CANDIDATO:

Não há alternativa correta, pois o enunciado apesar de trazer quase todas as hipóteses de competência indelegáveis, faz referência ao “prover” “[...] os cargos públicos federais na forma da lei”. Sendo que prover significa nomear, e dita competência é delegável.

Isto posto, requer a anulação da questão respectiva.

EMPRESA - Resposta: INDEFERIDA. A única resposta correta e completa é a alternativa “b”. “Admitem delegação, por ato presidencial, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União, em conformidade com o art.84 da CF/88, constantes nos incisos XVI, XII, XXV.

Questão 17:

17. Com relação ao poder hierárquico não constitui objetivo o ato ou conduta:

- a) Controlar
- b) Coordenar
- c) Sancionar x
- d) Ordenar.

CANDIDATO: A rigor, todas as alternativas constituem objetivo do poder hierárquico. Em razão do exercício do poder, o superior hierárquico pode e deve:

- a) Controlar: a legalidade dos atos dos subordinados deve ser controlada, e isto ocorre observando a hierarquia, somado ao poder de autotutela;
- b) Coordenar: organizar os trabalhos internos, distribuir atribuições específicas no grupo de trabalho e orientar os subordinados constitui obrigação do superior no exercício do poder hierárquico;
- c) Sancionar: do poder hierárquico decorre o poder disciplinar que garante ao superior aplicar sanções por atos ímprobos ou que afrontem os deveres funcionais e normas disciplinares;
- d) Ordenar: expedir ordens aos subordinados é decorrência lógica do poder hierárquico, inclusive o descumprimento constitui

insubordinação, geralmente tipificado na legislação dos entes federados como falta disciplinar.

Portanto, não há alternativa que não constitua objetivo do poder hierárquico, não havendo resposta para a questão. Assim, requer a anulação da questão respectiva.

EMPRESA – Resposta: INDEFERIDA. A questão pede especificamente PODER HIERÁRQUICO.....a que NÃO CONSTITUI o ato ou conduta.

Poder hierárquico - é o de que dispõe o Executivo para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

Controle hierárquico - é o que resulta automaticamente do escalonamento vertical dos órgãos do executivo, em que os inferiores estão subordinados aos superiores.

A hierarquia é privativa da função executiva, sendo elemento típico da organização e ordenação dos serviços administrativos.

O poder hierárquico tem como objetivo **ordenar, coordenar, controlar e corrigir** as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública. **Ordena** as atividades da administração ao repartir e escalonar as funções entre os agentes do Poder, de modo que cada qual exerça eficientemente o seu cargo, **coordena** na busca de harmonia entre todos os serviços do mesmo órgão, **controla** ao fazer cumprir as leis e as ordens e acompanhar o desempenho de cada servidor, **corrige** os erros administrativos dos seus inferiores, além de agir como meio de responsabilização dos agentes ao impor-lhes o dever de obediência.

Sancionar: Dar sanção a: sancionar uma lei.

QUESTÃO 32.

32. Na ausência de normas expressas que se apliquem a determinado caso, a autoridade competente para aplicar a lei tributária poderá utilizar as seguintes técnicas de interpretação em Direito:

- I. Por analogia
- II. Por equidade;
- III. Por princípios gerais de direito tributário
- IV. Por princípios gerais de direito público.

A assertiva é:

- a) I, II e IV;
- b) I e III;
- c) I, II, III e IV;
- d) III e IV. X

CANDIDATO: O enunciado da questão está incompleto, pois não identifica se é para assinalar a resposta correta ou a errada, assim como as alternativas não indicam se “x” e “y” são verdadeiras ou falsas, o que inviabiliza a interpretação, prejudicando a clareza e objetividade essencial em questão de múltipla escolha. Pelo presente, requer a anulação da questão respectiva.

EMPRESA - Resposta - INDEFERIDA. A questão é objetiva e pede ao candidato

identificar a **ASSERTIVA** dentre as quatro alternativas (a,b,c,d) da questão.
A ASSERTIVA É - significa "em que há asserto". "A CORRETA".
O candidato no Caderno de Prova assinalou a letra "d", que é a correta.

QUESTÃO 33.

33. A Lei Tributária Municipal, observada a legislação tributária superior, estabelece os casos em que a legislação deve sempre ser interpretada de maneira mais favorável ao contribuinte. Essa forma de interpretação deve ser realizada toda vez que a autoridade competente tiver dúvidas quanto:

- I. À adequação do fato à norma jurídica, ou seja, se este realmente não está regulado por determinada lei ou não;
- II. À natureza do fato ocorrido, suas circunstâncias, natureza e extensão de seus efeitos;
- III. À autoria do fato, a quem ele pode ser atribuído ou quanto à pessoa que pode ser punida;
- IV. À penalidade a ser aplicada ou à graduação dessa penalidade (aplica-se a penalidade mais severa).

A assertiva é:

- a) Somente a I e IV;
- b) Somente a II e III;
- c) Somente a I e III;
- d) Somente a II e IV.

CANDIDATO - O enunciado da questão novamente é incompleto, pois não identifica se é para o candidato marcar as alternativas que estão corretas ou as falsas, como também não esclarece se (v.g) "x" e "y" são verdadeiras ou falsas. Há, então, obscuridade na questão que impedem aos candidatos a interpretá-la e optar por uma das alternativas. Por isso, requer a anulação da questão respectiva.

EMPRESA - Resposta - INDEFERIDA. A questão é objetiva e pede ao candidato identificar **A ASSERTIVA** dentre as quatro alternativas (a,b,c,d) da questão.

QUESTÃO 36

36. Identifique a INCORRETA. A autorização para alienação de imóveis conforme dispõe o art. 17, inciso I, da Lei 8.666 de 21.06.93, com as modificações que lhe foram introduzidas posteriormente pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, a alienação de bens integrantes do patrimônio imobiliário do município, seja da administração direta ou indireta, só podem se processar por meio de:

- a) Autorização legislativa;
- b) Prévia avaliação dos bens;
- c) Abertura de procedimento licitatório na modalidade de Leilão;
- d) Abertura de procedimento licitatório na modalidade Concorrência.

CANDIDATO - A questão solicita que seja marcada a alternativa incorreta, porém não há. O art.17, I, da lei federal n. 8666/96, afirma ser necessário leilão para

alienar bens imóveis, precedida de avaliação prévia e lei autorizativa. Porém, convencionou-se na doutrina e jurisprudência que quando for cabível leilão, sempre caberá licitação na modalidade concorrência, isto porque esta é regida pelo princípio da universalidade e da irrestrita publicidade e competitividade. Assim, todas as alternativas estão corretas, não havendo uma incorreta para ser assinalada. Isto posto, requer a anulação da questão respectiva.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Laranjal, 22 de setembro de 2013.

ALDECI SANDRO PIEROG.

EMPRESA - Resposta INDEFERIDA. A opção correta é a Letra "c". As opções constantes nas letras "a", "b" e "d", estão especificadas no art.17 da Lei 8.666/93.

Quanto a modalidade Leilão, trata-se de modalidade utilizável pela Administração Pública sempre que esta se dispuser a alienar MÓVEIS e SEMOVENTES, já considerados inservíveis às finalidades para a qual foram adquiridos.

2. Cargo de opção do(a) candidato(a): PROCURADOR MUNICIPAL

2. Candidatos: Gilberto A. Clazer de Almeida Jr. e Rogleison Carlos Ponce.

3. Modalidade de Recurso:

(Anulação) da Questão: 02

2.[...] o Brasil *amarga* os últimos lugares no ranking de educação no mundo.

IV. O verbo *amarga* age como transitivo direto.

V. Respectivamente, o trecho sublinhado é complemento nominal do sujeito Brasil e o trecho em negrito e o trecho em negrito é um adjunto adverbial de lugar.

VI. O trecho sublinhado é o objeto direto do verbo *amargar* e o trecho em negrito é um adjunto adverbial de lugar.

A assertiva é:

- e) Apenas a I está correta
- f) Apenas a I e III estão corretas x
- g) Apenas a II e III estão corretas
- h) Apenas a III está correta.

Empresa: Questão anulada em conformidade com a justificativa no início dos recursos.

Em vista do exposto, as Notas Preliminares do Cargo de Procurador Municipal, serão mantidas conforme publicação.

Edilson Hugo Ranciaro
Diretor

Luzia Cabreira
OAB/SC 11258.